

ADULTIZAÇÃO E EROTIZAÇÃO INFANTIL: A INFLUÊNCIA SOCIAL

DE PAULA, Marcos Henrique Pereira*

DE MARCO, Taisa Trombetta**

SCHLOSSER, Adriano***

Resumo

O presente artigo tem por finalidade apresentar formas adultizantes e erotizantes da infância e suas implicações. Este estudo abordou a constituição da infância através dos tempos em relação às mudanças sociais, às influências dos diferentes meios, da família, da moda, das questões econômicas e midiáticas para a infância, enfatizando como a adultização e a erotização são efeitos da sociedade atual. Também, a constituição da ordem social da criança através dos tempos, diante da mudança na estrutura familiar, deixa a criança como foco da mídia.

Palavras-chave: Adultização. Erotização. Infância. Criança.

1 INTRODUÇÃO

A maneira como a infância é compreendida e vivenciada mudou através das gerações. Entre os séculos XVII e XIX, a criança era tratada e trabalhava como adulto, não possuía direito de brincar e não convivia com as demais crianças. Em sua maioria, não possuía necessidades sociais, interesses e modo de pensar próprio. Eram consideradas adultas de baixa estatura e apenas seu tamanho as diferenciava.

No século XX, a criança passou a ser tratada como pessoa com necessidades sociais diferentes. A partir disso, foram efetivadas pesquisas de campo sobre o desenvolvimento infantil, interessando-se por áreas de estudo referente à criança, como a inteligência, maturação, diferenças individuais, aprendizagem e desenvolvimento (ARIÈS, 1981). Começava aí a ser discutido

socialmente o papel da criança, adentrando no assunto da adultização e da erotização infantil.

Segundo Silva (2017), a adultização, forma de reduzir a fase da infância e adolescência, e a erotização infantil, forma de aflorar a sexualidade precoce, tornaram-se compreendidas socialmente desencadenando um senso crítico para compreender que algumas questões sociais não deveriam ser submetidas às crianças. Além disso, destacaram-se algumas maneiras adultizantes em que crianças passaram a se tornar pequenos adultos, incluindo vestimentas, forma de se portar e consumir. Nesse contexto, Buckingham (2007) afirma que a mídia é constantemente utilizada para provocar desejos na criança, sendo as tecnologias não apontadas diretamente como responsáveis pelas mudanças sociais, independente do contexto que é utilizado.

Outro ponto é o mercado da moda, principal responsável pela adultização e erotização infantil, levando crianças a tornarem-se seguidoras das principais marcas (GIACOMINI FILHO; ORLANDO, 2013).

Nesse contexto, a tecnologia é muito utilizada pelas crianças do século XXI, principalmente fora do horário de escola, onde a identidade da criança se torna genérica, de influência social, e as mudanças tecnológicas através dos anos provocaram um comportamento de influência e de referência para os diversos públicos, principalmente o infantil (GIACOMINI FILHO; ORLANDI, 2013). Nesse contexto, o artigo abordou a adultização e a erotização infantil, tendo como foco, as maneiras socialmente percebidas, as influências recebidas direta e indiretamente através da família, nível socioeconômico, moda e mídia em geral, demonstrando como a infância está sendo percebida e desenvolvida na sociedade atual.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A CONCEPÇÃO DE "CRIANÇA" AO LONGO DO TEMPO

A infância do século XXI sofreu uma grande influência sociocultural do passado, devido as mudanças culturais que tiveram um importante papel diante da cultura do educar atual. A infância pode ser definida como uma fase, em que a principal atividade é a brincadeira, com finalidade de socialização, fazendo com que a criança se desenvolva de maneira social (ARIÈS, 1981). Papalia e Feldman (2013) classificam a infância em três períodos que envolvem do nascimento aos 11 anos. A primeira infância, que corresponde do nascimento aos três anos; a segunda infância, que corresponde dos três aos seis anos e a terceira infância, que corresponde dos seis aos 11 anos. Verificando assim, que a infância possui influências que vão de encontro entre o biológico e o sociocultural.

Do ponto de vista histórico, durante o período conhecido como Idade Média, a criança era totalmente dependente, inexperiente e incapaz de corresponder às necessidades sociais, sendo complexas ou não. A criança não era vista como um ser diferente do adulto. Era considerada um adulto de baixa estatura e devia trabalhar como um. As roupas não tinham diferenciação entre uma criança e um adulto, o tratamento e cobrança para o trabalho também não. Após o período da amamentação, as crianças acompanhavam os adultos, onde a responsabilidade estava ligada diretamente ao trabalho, pois o trabalho era obrigatório e imposto já na infância. O cuidado das crianças não era de responsabilidade da família biológica e os afetos incluíam a rede local de familiares, vizinho e amigos, tendo em vista que as crianças passavam por diferentes lares para aprender diferentes ofícios de trabalho (ARIÈS, 1981).

Durante o Renascimento até o século XVII, continuava a ausência de definição de infância, Não havendo uma forma concreta de educação relacionada à idade infantil. Nas escolas, as aulas eram ministradas em locais públicos e com crianças de faixas etárias variadas, a aprendizagem ocorria

por parte dos educadores e dos diálogos entre adultos e crianças. “A criança era, portanto, diferente do homem, mas apenas no tamanho e na força, enquanto as outras características permaneciam iguais” (ARIÈS, 1981, p. XIII). O conceito primário foi formado pela Igreja, com a representação de imagens de crianças e na religião, representadas como anjos, que eram sinônimos de inocência e pureza. A Igreja teve papel fundamental na educação, criou uma escola religiosa que as preparava para a religião e pregou imagens de crianças-anjos para uma religião para as crianças (ARIÈS, 1981). “Segundo esse pensamento, a criança é compreendida como um indivíduo que tem um importante papel para a sociedade, podendo ser formada, enfim, educada” (BERNARTT, 2009).

A partir do século XVII, com o surgimento da escolarização, passa a ocorrer a separação de crianças e adultos. Com o surgimento de um novo modelo de escola, criou-se um conceito social para a infância, constituída como uma categoria social. Segundo Sarmento e Pinto (1997, p.13) a infância passou a ser uma construção social “[...] a propósito da qual se construiu um conjunto de representações sociais e de crenças e para a qual se estruturaram dispositivos de socialização e controle que a instituíram como categoria social própria – existe desde os séculos XVII e XVIII”.

A revolução tecnológica no século XIX marcou a diferença do tratamento das crianças consideradas burguesas e proletárias (ARIÈS, 1981). As famílias proletárias executavam o trabalho, inclusive as crianças, confirmando a diferença entre as classes na educação e em outros aspectos. Sem muitas modificações na educação social e tratamento da criança, o século XIX teve um avanço na escolarização, que passou a ter uma grande atenção da sociedade referida burguesa, tornando importante parte da história educativo-cultural. A educação passou a ser uma das maiores preocupações, sendo que a presença de intelectuais e políticos tornou ainda mais importante este tema constantemente discutido na época. Porém, todas as discussões se tornaram realidade apenas no início do século XX (FREITAS; KUHLMANN JR., 2003).

No século XX, os avanços científicos e tecnológicos deixaram a tecnologia mais próxima dos adultos e conseqüentemente das crianças com a globalização. As crianças eram educadas através da quebra de padrões tradicionalmente familiares, onde os pais passavam o conhecimento informal e a educação igualitária entre os filhos, sem distinção de idade ou porte físico. No referido século, a educação infantil sofreu uma mudança causada pela evolução da informática, que também trouxe como consequência, crianças que aprenderam precocemente a utilizar os meios eletrônicos para fins diversos (ARIÈS, 1981).

Segundo Momo e Costa (2010), as crianças no século XXI são colocadas em várias práticas sociais extraclasse e quando são vão para a escola regular, ficam inquietas, causam incômodo e desordem. Com isso, não conseguem ser enquadradas ao chamado “padrão” e sem este enquadramento pedagógico, educadores se sentem ameaçados, inseguros e possuem dificuldade para trabalhar com este perfil de criança. Ariès (1981) não atribui diretamente à culpa nos pais, afirmando que estes desejam sempre contribuir com valores éticos, práticos e sociais na vida de seu filho e que por muitas vezes, pensam em benefícios sociais à curto prazo, mas que podendo talvez, trazer prejuízos de longo prazo na vida social da criança.

2.2 INFLUÊNCIAS FAMILIARES, CULTURAIS E DO NÍVEL SOCIOECONÔMICO (NSE)

Na maioria das vezes, a família é a principal responsável pela educação das crianças. A família nuclear, que segundo Papalia e Feldman (2013, p. 43) “É uma unidade que compreende pai e mãe, ou apenas um deles, e seus filhos [...] biológicos, adotados ou enteados”, são maioria na sociedade ocidental. As famílias nucleares do século XXI são menores, tendem a morar em cidades, os pais trabalham fora e os filhos ficam o dia todo em escolas e/ou creches. As famílias com pais divorciados ou que possuem apenas a mãe ou pai, crescem consideravelmente e proporcionalmente em lares homoafetivos e de pais não casados (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Com essa nova realidade familiar, algumas crianças possuem uma agenda cheia e estressante, onde as famílias as colocam em atividades extraclases, a fim de atribuir o conhecimento que julgam ser importantes. Por vezes, não se é notada ou considerada a vontade ou a não vontade da criança em relação às atividades fora da escola. Muitas crianças, possuem aulas de reforço ou atividades para práticas físicas como aulas de língua estrangeira, escola de futebol, balé ou outros.

Esse excesso de atividades ou pouco tempo para si, revela a possibilidade de esgotamento físico e mental de crianças ao serem submetidas, às vezes contra suas vontades, em atividades que não serão utilizadas em curto prazo. Essa realidade, leva ao esvaziando ou limitação do direito de se divertir e brincar, assim reduzindo a fase onde se pode brincar, a infância e conferindo às crianças, títulos de incontroláveis, enigmáticas, instáveis, entre outros (MOMO; COSTA; 2010).

Paralelo a isso, se revela a erotização, que estimula a sensualidade e os desejos corpóreos, porém não necessariamente sexuais (SILVA, 2017). Inclusive em crianças, a erotização não significa pornografia. A erotização possui referências a um desejo reprimido, sendo uma representação que possui barreiras de limite referente a sexualidade. Assim, a erotização precoce, apropria-se de conceitos sociais que as crianças não conhecem, deixando a infância como uma fase que o ser é incapaz de compreender algum fato e os torna facilmente influenciáveis (SILVA, 2017).

Juntamente com a erotização vem a adultização infantil, verifica-se que família é a responsável pela educação e também pelas influências que se fazem presentes na vida das crianças, a adultização infantil ocorre quando valores e comportamentos são alterados, a fim de diminuir o tempo de infância (SILVA, 2017). Significa que a adultização precoce de crianças vinda da família, se tornou algo compreensível e passou despercebido na sociedade, por ser algo comumente utilizado, em forma de vestimenta, por exemplo, tornando-as consumidoras em potencial.

Outra forma comum de adultização infantil verificada no cotidiano é percebida diante de brinquedos, por exemplo. A imagem mais comumente

encontrada nas brincadeiras, é uma menina cuidando de uma boneca. Esta imagem reflete uma imagem adultizada previamente definida, onde o papel da mulher é cuidar dos filhos. Há outros brinquedos que adultizam as meninas como cozinhas e materiais para limpeza de brinquedo, que responsabilizam principalmente meninas a cuidarem das casas, reforçando a cultura de que mulheres são responsáveis por isso.

Significa, que esse padrão cultural transmite uma responsabilidade que não deveria ser atribuída à criança e as condicionam a meios adultos de participação social (ARIÈS, 1981). Há também a forma adultizada de brinquedo para meninos, por meio de armas de brinquedos utilizadas em brincadeiras de “polícia e ladrão”, por exemplo, onde crianças “brincam” de matar imaginariamente seus perseguidos. Estes brinquedos vendidos como meio de brincadeiras saudáveis para interação e desenvolvimento social, refletem na realidade, uma maneira de ensinamento das funções sociais pré-concebidas socialmente.

Com a influência social na vida das crianças, se percebe um conflito direto com Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), onde encontra-se um discurso do senso comum que responsabiliza os pais pela compulsão excessiva e aderência ao modismo e consumo das crianças, afirmando que estes prejudicam a infância e induzem à adultização e erotização precoce entre as sociedades de consumo. Essa realidade contraria o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 2017, p. 29) o qual referencia que “A sociedade tem o dever de proteger a criança e ao adolescente”.

Além das questões legais da Constituição e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), também é possível perceber a influência familiar e social no encurtamento de roupas de adultos e infantis, onde estas, no caso das crianças, mostram seu corpo em desenvolvimento, erotizado por meio de roupas. Não se questiona o conforto de peças curtas, mas sim, o quão erotizada se torna uma criança e com este pequeno exemplo, se percebe a cultura da erotização. Assim como na família, pessoas de convívio próximo também podem influenciar a erotização da criança, por meio da cultura vivida na sociedade. Para Papalia e Feldman (2013), a cultura é a forma de

vida levada por uma sociedade ou grupo, que inclui costumes, tradições, crenças, valores, linguagem e produtos materiais. Significa que as imagens passadas pela Igreja na antiguidade, de crianças puras e ingênuas, estão sendo substituídas por imagens de erotização, ainda mais visível em meninas (FELIPE; GUIZZO, 2003).

Há também, na cultura popular e erotizante. O ritmo musical funk, conhecido por suas letras de apelo sexual e ostentação, com mestres de cerimônias (MC's) as cantando e sua dança é vulgarmente conhecida por apresentar movimentos insinuativos sexualmente. Este ritmo musical na infância, não envolve uma questão musical, significando que aquilo que alguns chamam ou consideram cultura, na realidade deve-se perceber como uma violação do direito da criança e do adolescente, onde a sexualidade é estimulada precocemente. Mas, infelizmente, no meio social brasileiro, esta é popularmente considerada como uma das culturas vividas não apenas em favelas e locais com o nível socioeconômico (NSE) baixo, mas em diferentes classes socioeconômicas, onde as coreografias erotizadas entram, também, na escola como aliadas para o adiantar da sexualização (FAZOLIN et al.; 2005).

2.3 A INFLUÊNCIA MIDIÁTICA E DA MODA SOBRE A INFÂNCIA

Buckingham (2007) afirma que a mídia é um instrumento publicitário independente e altruísta, onde não existe um domínio de propriedade. A mídia integra também diferentes fatores em diferentes relações. Está presente nas tecnologias e nos textos utilizados por diversas instituições e/ou organizações para atingir todos os públicos. Crianças podem se tornar vítimas passivas da mídia, pois são utilizadas publicidades voltadas para o público infantil, fazendo inferências e estimulação ao consumismo deste público. Também podem ser ou se tornarem consumidoras ativas, onde a interferência midiática tem um processo socialmente utilizado que leva a uma mudança social e cultural maior entre as crianças. Buckingham (2007) afirma que as tecnologias não são as responsáveis pelas mudanças sociais, porque todo o

contexto que é utilizado por qualquer público não altera, em nenhum fator, a mudança social do utilizador deste meio. Com isso, as crianças não são socialmente alteradas pela tecnologia que utilizam, mas sim, pela forma cultural que a mídia utiliza nos diferentes contextos para atingir ou afetar um determinado público, em especial, o público infantil. Ao mesmo tempo, as mudanças sociais geradas pela mídia, se fazem interferir em diversos meios e a proliferação da mídia cresce com a multiplicação das inferências da mídia digital, onde as crianças possuem total acesso à conteúdos midiáticos intensos e direcionados. Além da proliferação, a convergência das tecnologias da comunicação também tem um efeito direto sobre o público infantil, onde a televisão e a internet são os principais meios digitais utilizados para que o consumo doméstico tenha um alcance preciso (BUCKINHAM, 2007).

Neste contexto, as mudanças sociais que a mídia proporciona as crianças, proporciona uma ampla interação cultural, onde “o acesso às novas tecnologias possibilita [...] desempenhar um papel muito mais ativo como produtores culturais” (BUCKINHAM, 2007, p. 122). Desta forma, o uso de tecnologias faz com que crianças tenham o acesso a diversas formas de culturas, em diferentes lugares e em diversas situações. A mídia funciona também, como uma integração da criança em um mundo que não a pertence diretamente, se tornando responsável pela inserção em uma rotina que vai além da escola regular, causando uma realidade competitiva e individualista (MENEZES, 2016 apud SANTOS, 2009). Além da tecnologia, o mercado da moda infantil também é responsável por grande parte da adultização e da erotização durante a infância. A criança do século XXI tem uma grande participação e decisão na hora da compra, pois começam a se interessar pela moda e com isso, passam a ter influências e preferências sobre determinadas marcas (GIACOMINI FILHO; ORLANDI, 2013 apud CASTELLS, 2003). Esse padrão comportamental deixa a criança preocupada, focada ou condicionada com uma aparência padronizada que deve ser seguida desde cedo. As torna cuidadosas em relação a aceitação vinda da sociedade, principalmente em meninas que possuem uma crença sobre sua imagem corporal, que “são as crenças descritivas e avaliativas sobre a própria

aparência" (PAPALIA; FELDMAN, 2013, p. 320). Desta forma, a publicidade para o público infantil se torna grandiosamente eficaz em relação a atração deste público, onde a moda infantil se relaciona diretamente com o poder social de consumo de adultos e se refere diretamente à criança consumidora (GIACOMINI FILHO; ORLANDI, 2013). Portanto, a identidade da criança se torna genérica, de influência social e midiática, onde a mudança tecnológica através dos anos provocaram um comportamento de influência e de referência para os diversos públicos, principalmente o infantil (GIACOMINI FILHO; ORLANDI, 2013).

3 CONCLUSÃO

O presente artigo revisou as formas de adultização e a erotização infantil, com foco em como são percebidas e vivenciadas na atualidade, quanto à influência da cultura, do nível socioeconômico, da família e dos processos midiáticos sobre as crianças. Demonstrou-se como a tecnologia e o mercado da moda estão presentes direta e indiretamente nessa influência.

Dessa forma, ainda há muito a ser discutido em relação ao tema, porque há vários padrões socialmente aceitos que influenciam as diversas formas de adultizar e de erotizar a infância atual.

Tendo em vista o grande número de crianças "afetadas" por esses "fenômenos", deve-se compreender que nem todas as formas de mídia são passivas de influências, mas que a tecnologia auxilia no transporte, condicionamento e manutenção dessas.

Ao mesmo tempo, há outras formas de adultização e erotização na infância, além das descritas neste artigo, outros modos, maneiras mais sutis que passam ainda mais despercebidas, e que podem influenciar como pessoas próximas ou a mídia, que é carregada de informações referentes a como se deve portar para ser aceito na sociedade.

Assim, a temática não se esgota. Recomenda-se uma pesquisa mais ampla, pois o estudo desses fenômenos se faz de grande valia para pesquisas

sociais e de campo, que envolvam profissionais da área da Educação, Sociologia, Psicologia, Saúde e público em geral.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: Rotaplan, 1981.

BERNARTT, Roseane Mendes. A infância a partir de um olhar sócio-histórico. 2009. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/226.%20a%20inf%C2ncia%20a%20partir%20de%20um%20olhar%20s%D3cio-hist%D3rico.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BUCKINGHAM, David. Crescer na era das mídias eletrônicas. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

FAZOLIN, Camila et al. Escola e cultura contemporânea: A irreverência do funk no mundo cor-de-rosa da Barbie. 2005. Disponível em: <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/ic/article/view/1876>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar. Erotização dos Corpos Infantis na Sociedade de Consumo. Pro-Posições, v. 14, n. 3 – set./dez. 2013.

FILHO, Giacomini Gino. Publicidade de moda e a tipologia adultizada da criança. São Bernardo do Campo: C&S, 2013.

FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR., Moysés. Os Intelectuais na História da Infância. São Paulo: Cortez, 2002.

MENEZES, Sandra Maria Moreira de. Adultização da infância pela mídia: uma leitura sócio-histórica. 2016. Disponível em: <http://revistas.ufac.br/revista/index.php/psi/article/view/269/pdf_8>. Acesso em: 19 jul. 2018.

MOMO, Mariangela; COSTA, Marisa Vorraber. Crianças escolares do século XXI: para se pensar uma infância pós-moderna. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742010000300015&lang=pt>. Acesso em: 07 ago. 2018.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. Desenvolvimento Humano. Editora Artmed. 12ª. ed. 2013.

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto. As crianças contextos e identidades. Braga: Centro de Estudos da Criança, 1997.

SILVA, Samara Renata Maciel. Inocência Perdida: Lilica riplica e o estímulo a adultização e erotização infantil. Campina Grande, 2017.

Sobre o(s) autor(es)

* Graduando do curso de Psicologia. Unoesc Videira.

** Professora do curso de Psicologia. Unoesc videira. Mestra em Psicologia pela UFSC. Especialista em Análise Bioenergética e Psicoterapia Corporal ORGONE; e em Administração de Recursos Humanos pela Univali. E-mail: taisa.demarco@unoesc.edu.br

*** Professor de curso de Psicologia. Unoesc Videira. PhD em Ciência do Moviemtno Humano pela UDESC. Doutor em Psicologua pela UFSC. Pesquisador associado ao Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição (LACCOS/UFSC) e Psicologia do Esporte (LAPE/UDESC). E-mail: adriano.s@unoesc.edu.br